



XVII CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES
das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia
Martinica, 3 e 4 de Novembro de 2011

DECLARAÇÃO FINAL

A XVII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, reunida em Fort-de-France, sob a presidência de Serge LETCHIMY, Presidente do Conselho Regional da Martinica:

Constata, com preocupação, a crise sem precedentes que vive a Europa e reitera o seu compromisso com os valores fundamentais da construção europeia.

Toma nota, neste contexto particular, da proposta globalmente equilibrada da Comissão Europeia, que confirma a importância das políticas com forte impacto territorial, a saber a política de coesão e a política agrícola comum.

Deplora que o artigo 349.º do TFUE, que reconhece as especificidades das Regiões Ultraperiféricas, não seja objecto de uma verdadeira aplicação pela Comissão Europeia, guardiã dos Tratados.

Política de coesão

Contesta a utilização do critério do PIB para as Regiões Ultraperiféricas e solicita a manutenção ou a elegibilidade automática das Regiões Ultraperiféricas ao objectivo Convergência com base no artigo 349.º do TFUE.

Solicita, no contexto do enquadramento geral, um tratamento equitativo e conjunto em prol das Regiões Ultraperiféricas.

Expressa a sua preocupação com as consequências da reforma proposta relativamente à posição das Regiões e do seu papel na governação multi-nível. Solicita, portanto, que o nível regional seja estreitamente associado à elaboração dos contratos de parceria garantindo um papel apropriado às Regiões Ultraperiféricas.

Congratula-se com a continuidade da dotação adicional destinada a compensar os sobrecustos da Ultraperiferia, mas contesta a redução significativa do montante proposto.

Regista que a proposta financeira da Comissão Europeia engloba as Regiões Ultraperiféricas e as regiões setentrionais com fraca densidade

Lamenta que esta dotação, concebida para compensar os efeitos dos constrangimentos estruturais da Ultraperiferia, seja desvirtuada pela consignação de 50 % da mesma a objectivos diferentes daqueles para os quais foi concebida.

- O financiamento a uma taxa substancialmente inferior à prevista pela reforma da política de coesão para as prioridades da Estratégia Europa 2020;
- A obrigação de consignar a utilização destes fundos aos três primeiros objectivos temáticos o que restringe, consideravelmente, o nosso potencial de desenvolvimento e compromete o sucesso de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento.

- No mínimo, a manutenção para as Regiões Ultraperiféricas da dotação adicional ao nível atribuído no período 2007-2013;
- O alinhamento das taxas de co-financiamento com as do enquadramento geral;
- A supressão da condicionalidade temática;
- A simplificação e a flexibilização dos procedimentos de utilização desta dotação.

Recorda a importância da inserção regional para as Regiões Ultraperiféricas, que oferecem à Europa um potencial de cooperação único nas fronteiras externas da União.

Toma nota da proposta legislativa da Comissão Europeia sobre o objectivo da cooperação territorial e dos envelopes financeiros propostos para a mesma.

Constata o carácter inoperante das modalidades de implementação propostas.

Lamenta que as propostas da Conferência e os trabalhos da “Task Force”, estabelecida pela Comissão Europeia, não tenham resultado na concepção de um novo instrumento adaptado à realidade geográfica das Regiões Ultraperiféricas.

Questiona-se sobre o facto de que nenhum mecanismo de coordenação ou de melhoria tenha sido concebido, verdadeiramente, de forma realista.

Solicita a inclusão de novas medidas operacionais para levar a cabo, de modo eficaz, projectos de cooperação conjuntos entre as Regiões

Toma a iniciativa, por seu turno, de lançar uma plataforma de diálogo sobre a cooperação regional entre as Regiões Ultraperiféricas, as organizações regionais e/ou os países terceiros vizinhos, visando facilitar:

- a definição de uma estratégia comum de cooperação funcional por zonas geográficas;
- a cooperação intra-ACP e Regiões Ultraperiféricas.

Sublinha o carácter multifuncional da agricultura nas Regiões Ultraperiféricas, que importa apoiar para favorecer a auto-suficiência alimentar e a melhoria da competitividade.

Recorda que o princípio fundamental da política agrícola comum é o de garantir o nível de rendimentos dos agricultores. Esta exigência implica que se conceda uma atenção especial às produções emblemáticas das nossas Regiões, nomeadamente o açúcar, o leite, a banana e a carne.

Destaca a necessidade de estabelecer mecanismos de apoio alternativos na hipótese da supressão das quotas, nomeadamente nos sectores do leite e do açúcar.

Apoia a proposta de dotação financeira global do POSEI agrícola adoptada pela Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu a 26 de Setembro de 2011.

Saúda a manutenção das adaptações em benefício das Regiões Ultraperiféricas no quadro do desenvolvimento rural.

Solicita, todavia, que seja renovada a possibilidade de apoiar as nossas empresas agro-alimentares, independentemente da sua dimensão.

Lamenta que a proposta de reforma não tenha suficientemente em conta a situação e as realidades das Regiões Ultraperiféricas.

Reafirma a necessidade de assegurar uma coerência na política comum das pescas aplicável nas Regiões Ultraperiféricas e de facilitar a interligação das suas vertentes interna e externa.

Chama a atenção da Comissão sobre as negociações em curso relativas à renovação do Acordo de Pesca “UE-Mauritânia”, nomeadamente sobre as obrigações ligadas ao desembarque, cujo impacto sobre a actividade económica dos portos das Canárias deveria ser avaliado *ex ante*.



Solicita, de modo geral, a necessidade imperiosa de:

- Recorrer ao artigo 349.º TFUE;
- Restabelecer as ajudas à frota (construção, renovação e modernização);
- Manter as adaptações estruturais no quadro do futuro fundo europeu dos assuntos marítimos e da pesca;
- Reconduzir e reforçar, para além de 2013, os dispositivos específicos de compensação de sobrecustos para o escoamento dos produtos da pesca. Esta medida deverá completar-se com o apoio à actividade local;
- Estabelecer um Conselho Consultivo Regional específico para as Regiões Ultraperiféricas, organizado por bacias marítimas integradas.

Sublinha a necessidade de definir uma estratégia marítima integrada que tenha em conta o potencial e as especificidades das Regiões Ultraperiféricas.

Atribui uma atenção especial à consideração das Regiões Ultraperiféricas na aplicação da estratégia marítima integrada para o Atlântico.

Política de investigação e de inovação

Defende a consideração do potencial de investigação das Regiões Ultraperiféricas na definição do próximo Programa-Quadro de Investigação e de Desenvolvimento “Horizonte 2020”;

Solicita, neste contexto, um acesso apropriado ao financiamento em benefício da investigação;

Sugere a criação de uma rede de peritos das Regiões Ultraperiféricas para colaborar com a plataforma de especialização inteligente (“Plataforma S3”) estabelecida em Sevilha através do seu Instituto de Prospectiva Tecnológica.

Solicita o apoio da Comissão Europeia para o desenvolvimento desta iniciativa.

Política Energética

Recorda que a independência energética é um desafio estratégico para as Regiões Ultraperiféricas que se empenharam em políticas ambiciosas para desenvolver as energias renováveis e reduzir a sua dependência energética.

Solicita o apoio da Comissão Europeia para prosseguir os seus esforços nesta via.

Mercado Único

Agradece a Michel BARNIER ter tomado a iniciativa de realizar uma análise sobre a situação das Regiões Ultraperiféricas no Mercado Único.

- Manutenção do acervo comunitário em favor da Ultraperiferia;
- Coerência da acção comunitária, evitando a transposição mecânica de políticas concebidas para o continente europeu;
- Dificuldade em combinar a ficção do Mercado Único com a realidade da descontinuidade territorial das Regiões Ultraperiféricas.

Enfatiza o facto de que as Regiões Ultraperiféricas estejam, uma vez mais, excluídas das redes transeuropeias concebidas unicamente para o continente europeu.

Auxílios de Estado

Apela a uma harmonização e simplificação das condições relativas ao controle dos auxílios, em particular:

- Examinando a possibilidade de elaborar um enquadramento dos Auxílio de Estado específico para as Regiões Ultraperiféricas, qualquer que seja a finalidade do auxílio: a Conferência pugna pela extensão da possibilidade de auxílios ao funcionamento não degressivos nem limitados no tempo;
- Estudando a possibilidade de flexibilizar o controlo de proporcionalidade das ajudas para ter em conta a realidade do tecido económico das Regiões Ultraperiféricas, por exemplo através de um regulamento de isenção por categoria específico para as RUP ou um tratamento global simplificado das ajudas a estas Regiões;
- Aumentando a intensidade das ajudas à investigação e à inovação, para assegurar a coerência entre a acção comunitária e os objectivos da Estratégia Europa 2020.

Lamenta o incumprimento sistemático da avaliação *ex ante* do impacto dos acordos internacionais sobre as Regiões Ultraperiféricas, como foi o caso do acordo de parceria económica “UE-CARIFORUM”.



Convida a Comissão Europeia a considerar as especificidades das Regiões Ultraperiféricas na sua política comercial e a avaliar, sistematicamente, os efeitos sobre as nossas Regiões dos acordos comerciais, particularmente através de estudos de impacto prévios ao início das negociações.

Solicita que a Comissão examine mecanismos de compensação eficazes para preservar as economias frágeis das Regiões Ultraperiféricas dos efeitos negativos dos acordos comerciais tal como o actualmente em curso com o MERCOSUL.

Solicita que a cláusula de salvaguarda seja operacionalizada com base numa lista de produtos definidos pelas RUP.

Estratégia renovada para a Ultraperiferia

Toma nota do facto de que, em conformidade com as recomendações do Conselho de Junho de 2010, a Comissão Europeia adoptará, em 2012, uma Comunicação definindo uma estratégia renovada para a Ultraperiferia.

Recorda as propostas do Memorando Conjunto dos Estados e das Regiões Ultraperiféricas, e nomeadamente no que se refere à consecução de um triplo equilíbrio.

Sublinha a pertinência das recomendações do Relatório de Pedro SOLBES MIRA que implicam uma mudança de postura das Instituições Europeias face às Regiões Ultraperiféricas.

Encoraja a Comissão Europeia a velar para que a adopção da dita estratégia aconteça antes da realização do segundo Fórum da Ultraperiferia.

A Conferência dos Presidentes:

Solicita o apoio decisivo dos respectivos Estados tendo em consideração a presente Declaração e as especificidades da Ultraperiferia, no momento de definir as posições nacionais no contexto desta fase de negociações no Conselho.

Solicita o apoio do Parlamento Europeu no processo de decisão para ter em conta as particularidades das nossas Regiões.

Acolhe favoravelmente a decisão, tomada pela Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, de elaborar um relatório de iniciativa, confiado ao Deputado Nuno TEXEIRA, sobre “O papel da política de coesão nas Regiões Ultraperiféricas no contexto da Estratégia Europa 2020”.

Convida as Presidências Polaca, Dinamarquesa e Cipriota a assegurar que as particularidades da ultraperiferia sejam consideradas em todos os trabalhos de interesse para nossas regiões.

Mandata o Comitê de Acompanhamento para :

- Elaborar propostas de adaptação sobre os temas prioritários para a Ultraperiferia ;
- Acompanhar a concretização das recomendações do relatório de Pedro SOLBES MIRA, bem como o desenvolvimento dos trabalhos pela Comissão Europeia sobre a estratégia renovada em prol das Regiões Ultraperiféricas;
- Acompanhar o processo de mudança estatutária de Mayotte em Região Ultraperiférica.

Acordam que os Açores assumem a próxima Presidência da Conferência.

Finalmente, a Conferência de Presidentes sauda a presença das Instituições Europeias, dos Representantes dos Governos Nacionais, bem como das Organizações Regionais dos países ACP.

Fort-de-France, 4 de Novembro de 2011



Handwritten signatures and names of representatives from the following regions:

- AÇORES
- CANÁRIAS
- GUADALUPE
- GUIANA
- MADEIRA
- MARTINICA
- REUNIÃO
- SAINT MARTIN

Anexo sobre a banana

A Conferência convida os seus três governos nacionais a intervir para que a Comissão Europeia aceite e proponha ao Conselho de ministros da UE o aumento de 30 milhões de euros do envelope financeiro para a banana, que foi votado por uma ampla maioria na Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu. Este aumento é essencial para que os produtores comunitários possam fazer face às consequências das concessões tarifárias sobre as importações de bananas, previstas pelos acordos bilaterais e multilaterais entre a UE e os países exportadores da América Latina.

Esta fileira é essencial e criadora de numerosos postos de trabalho nas quatro Regiões produtoras onde as taxas de desemprego se encontram entre as mais elevadas da União Europeia.

Regiões Ultraperiféricas Europeias

